

PROCESSO TCE N° 123.755

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus-Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2016

RESPONSÁVEL: Rivelino da Silva Mota e Valdemar Pinheiro Kaxinawa

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 11.754/2020

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus-Acre, exercício de 2016. Recomendar como irregular. Tomada de Contas. Notificação ao Prefeito e responsável Contábil.

1) Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **Acordam** os Membros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1)** Emitir Acórdão recomendando como irregular, com fundamento no inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, alíneas 'a' e 'b', a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2016, de responsabilidade dos senhores Rivelino da Silva Mota e Valdemar Pinheiro Kaxinawa, prefeitos, em período diferentes. **2)** pela abertura de Tomada de Contas Especial, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 44, da LCE nº 38/93, para

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

apurar no prazo de 90 (noventa) dias: **a)** o verdadeiro saldo financeiro referente ao exercício de 2016 da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus devido uma diferença de R\$ 283.685,23, sem a devida comprovação por meio de extratos bancários e sua devida; **b)** envio da documentação comprobatória das despesas referentes a transferência pela Prefeitura para o Sindicato dos Médicos do Estado do Acre - SINDMED, do valor de R\$ 120.215,37, devido ausência da Prestação de Contas e sem comprovar a finalidade pública; **3) Notificar** o atual Prefeito do Poder Municipal de Santa Rosa do Purus-Acre, para que tome conhecimento desta decisão e adote as devidas providências no prazo estipulado. **4) Encaminhar Parecer Prévio** acompanhado de cópia dos autos à Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus-Acre, para o seu **julgamento**, em cumprimento ao disposto no artigo 23 da Constituição Estadual. Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento dos Autos.

Rio Branco, 20 de fevereiro de 2020.

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo

Fui presente:

João Izidro de Melo Neto
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC